

A cooperação de defesa entre a República Popular da China e os PALOP: da ideologia política à resiliência operacional¹

Luís Manuel Brás Bernardino

Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal

Nathaly Xavier Schutz

Universidade Federal do Pampa, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2026.49/pp.41-64>

“...China is the largest developing country in the world, and Africa is the continent with the largest number of developing countries. Shared past experiences and similar aims and goals have brought China and Africa close together...”

In, “China and Africa in the New Era: A Partnership of Equals”, State Council Information Office of the People’s Republic of China, November 20212.

Introdução

As relações entre a República Popular da China e o continente africano datam do período das independências africanas, ainda na década de 1960, e vão se intensificar no final da Guerra Fria, após o isolamento ocidental da China como resultado dos “episódios” na Praça Tiananmen. Mais recentemente, a Nova Rota da Seda também trouxe novos impulsos para essa relação e aumentou a presença da China em África.

Tanto a China quanto África têm interesses económicos, políticos e securitários nessa aproximação estratégica. A intensidade dessas relações e as áreas prioritárias variam de acordo com as regiões e mesmo com os países e organizações. Alguns grupos de países africanos, por compartilharem características específicas, em grande parte dos casos relacionadas com o processo de colonização europeu, podem ser analisados de maneira conjunta. É o caso dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

O presente artigo pretende abordar as relações, no âmbito da cooperação de Defesa, entre a República Popular da China e os PALOP, com ênfase especial no

1. Trabalho realizado com recursos do Projeto de Pesquisa “Segurança e Defesa na África: Características, Mudanças e Impactos no Entorno Estratégico Brasileiro” no âmbito do Edital PRODEFESA V (CAPES/MD).

2. https://www.mfa.gov.cn/eng/zy/gb/202405/t20240531_11367447.html

caso China-Angola, essencialmente a partir de 2018. O final da década de 2010 é um momento importante no contexto interno angolano, considerando, em especial, dois aspetos: a saída de José Eduardo dos Santos do poder (2017), e a publicação de novos documentos estruturantes de Defesa (2018), o que veio criar uma maior dinâmica de cooperação de Defesa em Angola.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adotará uma abordagem qualitativa, com o procedimental histórico-comparativo e de estudo de caso. Os dados são coletados a partir de pesquisa documental e bibliográfica especializada. O artigo está estruturado em três seções, além das considerações iniciais e das conclusões. Em um primeiro momento, será analisada a presença chinesa em África no âmbito da cooperação de Defesa. Em seguida, analisamos brevemente a cooperação em Defesa com os PALOP e por fim, o caso angolano, que será utilizado como um estudo específico das inferências levantadas na seção anterior e que consideramos como “estudo de caso” pela relevância que assume neste contexto da cooperação de Defesa da China com os PALOP.

A questão central e que procuraremos dar resposta neste ensaio académico é saber de que forma a Cooperação de Defesa com a República Popular da China têm contribuído para o desenvolvimento da capacitação em Defesa nos PALOP?

A Presença Militar Chinesa em África

Podemos considerar como marco no estabelecimento das relações contemporâneas entre Pequim e o continente africano, a Conferência de Bandung em 1955 e o subsequente estabelecimento de relações diplomáticas entre a China e o Egito em 1956 com o início de uma relação que chegou aos dias de hoje. Ao longo das décadas, ainda que tenham ocorrido períodos de estagnação e retração, os países africanos sempre se mantiveram como parceiros importantes da China e apostaram numa parceria ideológica em que assentava no apoio aos movimentos pró-independência.

É apenas no início da década de 90, contudo, que a China se volta com mais intensidade para a África, tentando sair do isolamento provocado pelos impactos no Ocidente após o episódio da Praça Tiananmen. A China passou a procurar novos aliados políticos e encontra no continente africano o apoio de países que se identificam com a sua ideologia, tanto em relação aos problemas políticos internos e às pressões internacionais, quanto no que tange às condições de desenvolvimento socioeconómico (Mawdsley, 2007).

O grande símbolo dessa nova fase nas relações China-África foi o estabelecimento de relações diplomáticas com a África do Sul, em 1998, o principal aliado de Taiwan no continente. No início dos anos 2000 tem-se a criação do “Fórum de Cooperação China-África” (FOCAC), evidenciando a importância que África

tinha ganhado na política externa chinesa e abrindo espaço para uma cooperação multidimensional estratégica. A partir da segunda Reunião Ministerial, que ocorreu em 2003, em Addis Abeba, na Etiópia, passam a ser estabelecidos planos de ação, com metas e determinações para os três anos subsequentes, ou seja, até a próxima Reunião Ministerial, num ciclo de cooperação que tem permitido otimizar este processo de cooperação bi-multilateral, alinhando as prioridades chinesas com as necessidades africanas.

Ainda que o FOCAC tenha sido criado como um âmbito de cooperação mais amplo, focado, principalmente, em ações relacionadas com o desenvolvimento socioeconômico, ao longo das suas edições, os temas de Defesa e Segurança foram ganhando mais espaço. Já no primeiro Plano de Ação (2003), foi contemplada uma área de “...relações políticas, paz e segurança...”, onde foram reafirmados os princípios estabelecidos na “Declaração de Pequim” (2000) e enfatizada a crescente participação da República Popular da China nas operações de paz da ONU presentes no continente africano e a cooperação nos novos temas de segurança e no combate ao terrorismo, entre outras áreas estratégicas.

Já em 2006, foi publicado o *China's African Policy*; é a primeira vez que o governo de Pequim emite um documento nesses moldes sobre a África, simbolizando, mais uma vez, o peso crescente da África nas relações internacionais da China com o Mundo. No que tange à segurança, são mencionados os envios de tropas e a participação da China em operações de paz da ONU e a cooperação tecnológica na área militar, juntamente com o fornecimento de treino às tropas africanas e apostando na assessoria e consultadoria feita por empresas privadas chinesas nos meios militares.

Em finais de 2021, a República Popular da China desenvolve o documento que passaria a definir estrategicamente a relação com África e possibilita um maior engajamento de países africanos e organizações regionais africanas. O supracitado documento, designado por “*China and Africa in the New Era: A Partnership of Equals*”³ reafirma a relevância da cooperação estratégica com o continente africanos e eleva a relação com alguns países a uma relação politico-estratégica, nomeadamente na relação de cooperação com Angola, que iremos dar especial relevância.

Em 2023 a China lançou a “Iniciativa para a Segurança Global”⁴, um documento que complementa as suas outras estratégias, nomeadamente a “Iniciativa para o Desenvolvimento Global”⁵ e a própria “Iniciativa da Nova Rota da Seda”⁶,

3. https://www.mfa.gov.cn/eng/zy/gb/202405/t20240531_11367447.html

4. Disponível em: https://www.mfa.gov.cn/eng/zy/gb/202405/t20240531_11367447.html

5. Global Security Initiative.

6. Global Development Initiative.

criando condições para o reforço da cooperação de Defesa e da presença militar chinesa em África.

Mais recentemente, durante a última reunião ministerial do FOCAC, em 2024, foram enfatizados os avanços na cooperação em paz e segurança, como a realização do 3º Fórum sobre Defesa e Segurança China-África em 2023 e as ações da Marinha Chinesa no Golfo de Áden⁷. Segundo Paul Nantulya (2024), tanto os recursos para formação das Forças Armadas e as dotações para as vendas militares, quanto o reforço das capacidades de operações de paz e de combate ao terrorismo são provenientes do FOCAC e pretendem contribuir para uma África mais segura e mais desenvolvida. Parece ser significativo, por exemplo, que no pronunciamento de Xi Jinping na abertura da conferência de 2024 tenha sido enfatizado a importância do auxílio chinês para que a África possa fortalecer as suas capacidades de estabelecer (e manter) a paz e a segurança, mencionando nominalmente a “Iniciativa para a Segurança Global”⁸. A declaração final dessa Conferência é a que tem mais compromissos na área militar na história do FOCAC (Nantulya, 2025b).

Neste contexto, já desde 2017, a China tem uma base militar na África sediada no Djibuti, sendo a sua primeira base militar fora do seu território e seguindo outras potências externas que já tinham presença militar na região. Nos últimos anos, informações não oficiais indicavam que a China teria interesse em construir uma segunda base militar no Continente, desta vez na costa do Atlântico. O estreitamento das relações militares com a Guiné Equatorial, com exercícios da Marinha Chinesa no Golfo da Guiné, e a modernização do Porto de Bata seriam indícios de que Pequim estaria planejando a instalação de uma base militar na região (Kardon, 2022).

Segundo as informações do governo de Pequim, em torno de 100 portos africanos, atualmente, foram construídos e/ou financiados por empresas chinesas e, grande parte deles, são operados por transportadoras estatais chinesas (Vines, Tugendhat e Van Rij, 2024). Constatamos, ainda, que alguns analistas referem que esses dados possam estar superestimados, e que os dados confirmados referem que dos 38 estados costeiros africanos, 30 possuem portos com investimentos e/ou operados por Pequim; e mais de um quarto de todos os portos africanos tem algum tipo de presença chinesa, sendo que a presença militar é cada vez mais uma realidade (Kardon, 2022).

Além disso, a maioria desses portos são construídos com uma estrutura mista, ou seja, são portos comerciais, mas que têm capacidade de receber embarcações militares. Segundo Paul Nantulya (2025), desde 2000, as Forças Armadas chi-

7. Belt and Road Initiative.

8. Informações disponíveis no sítio do FOCAC (<https://2024focacsummit.mfa.gov.cn/eng/>).

nessa estratégia a possibilidade de promover o seu modelo de governança em termos de Defesa e Segurança. Reflexos da relevância dessa política foi a construção, na Tanzânia, de um centro de treino militar, sendo a primeira escola de treino militar chinesa no exterior (Nantulya, 2023).

Soma-se a isso as possíveis vantagens de médio/longo prazo, pois considerando o papel de relevância que as Forças Armadas têm em grande parte dos países africanos e que esses jovens militares selecionados para receber treinamento potencialmente ocuparão postos de liderança no futuro, os laços e a influência chinesa nesses países tendem a se aprofundarem ao longo dos anos. Esse modelo de treinamento estaria inserido no que Carrozza e Marsh (2022) denominam de assistência a Forças e Serviços de Segurança, que seria materializado através do fornecimento de auxílios, totalmente cobertos ou em grande parte financiados pela China, para o fortalecimento da capacidade coercitiva das forças de segurança de países africanos.

Existe ainda uma outra área, ligada à Segurança e Defesa, na qual a República Popular da China vem ampliando a sua presença na África, nomeadamente os sistemas de vigilância. Deve-se lembrar que, em torno de 70% da infraestrutura digital da África é fornecida pela China e que essas ferramentas de vigilância fazem parte de contratos e acordos mais amplos, que incluem outras tecnologias como *data centers* e recursos de inteligência artificial (Jili, 2023). Neste contexto, constatamos que pelo menos 22 países africanos já adotaram sistemas de monitoramento e vigilância chineses (Nantulya, 2025b).

Como já destacado anteriormente, a China tem realizado exercícios militares em África em conjunto com Estados Africanos, evidenciando a ampliação da cooperação de Defesa. Mais recentemente, entre julho e agosto de 2024, foi desenvolvido, na Tanzânia e em Moçambique, o “*Peace-Unity 2024*”, exercício militar terrestre e marítimo, com duração de duas semanas e emprego de forças terrestres, navais, aéreas e marítimas do Exército de Libertação Popular da China e mais de mil soldados. Pela primeira vez, o exercício foi feito com tropas destacadas diretamente da China (que foram projetados com recursos a transporte estratégico intra-teatros), e não empregando os destacamentos residentes na base do Djibuti. Tal facto é de grande relevância, pois:

[...]mostrou a capacidade crescente do ELP para projetar infantaria, blindados, artilharia e unidades de apoio a grandes distâncias. Sublinhou também a importância de África como campo de ensaio para a projeção de poder, a prontidão e as capacidades de combate do ELP. (Nantulya, 2024, p.1)

Obviamente que a venda de armamento e equipamento militar também faz parte da ampliação da presença chinesa em África. Atualmente, segundo os dados do SIPRI, em torno de 15% do armamento importado pelos países africanos é

proveniente da China. Uma cifra ainda bem inferior à Rússia, principal fornecedor africano e que corresponde a cerca de 30% das importações totais.

É importante, contudo, registrar que existe uma tendência de crescimento, muito em função da necessidade dos países africanos de buscarem alternativas aos equipamentos militares russos, tendo em vista o conflito na Ucrânia. Além disso, ainda segundo os dados do SIPRI, essas exportações não são uniformes para todo o continente. Em 2024, a China foi o quarto país entre os principais fornecedores de armamento no mundo, atrás de Estados Unidos, Rússia e França. O principal destino das suas exportações, todavia, não são países africanos. Mais de 50% das exportações vão para o Paquistão; o principal comprador africano é a Argélia, com pouco mais de 3% do total, seguido da Nigéria, com 2%.

O comércio de armamentos da China com a África, assim, ainda que tenha ganhado muitos holofotes nos últimos tempos, não tem uma representatividade tão grande, nem do ponto de vista do total das exportações chinesas, nem em relação aos fornecedores africanos. Neste contexto, e entrando numa análise mais detalhada, poderemos efetivamente questionarmo-nos se existe uma “nova” Estratégia Militar Chinesa para África? Questão que procuraremos responder na próxima sessão.

A “nova” Estratégia Militar Chinesa em África

A República Popular da China é reconhecida, por muitos especialistas, no atual quadro das Relações Internacionais, como um ator global. A China emergiu recentemente para esta realidade, em resultado da sua política externa designada de “*Going Out Strategy*”, lançada oficialmente em 2001. E mais concretamente desde 2013, como vimos, após a apresentação da sua estratégia de conectividade global designada por “*Belt and Road Initiative*”, surgindo como um importante ator económico, político, diplomático, mas também de segurança, nomeadamente em África, onde a sua presença é incontornável (Bernardino, 2023b) (Tomé, 2025).

Segundo Arduino (2024) a presença de cidadãos chineses e de interesses económicos em África tem crescido substancialmente desde 2001 devido à expansão do comércio da China com os Estados Africanos (e Organizações), financiando projetos relacionados com a construção de infraestruturas e estabelecendo acordos económicos de parceria estratégica de medio-longo prazo. Estas parcerias estão assentes, quase sempre, no fornecimento à China de recursos naturais estratégicos, tais como o petróleo, gás natural ou a cedência de vastas parcelas de terreno para produção agrícola, contribuindo para a economia africana e cada vez mais, para a segurança regional e continental em África.

Atualmente, neste continente, muitos países e organizações regionais estão envolvidos em conflitos armados intraestatais, e são assolados por fenómenos de

terrorismo jihadista, tráfico ilegal diverso e banditismo ou pirataria marítima ao largo das suas costas, existindo, cada vez mais, um sentimento de insegurança regional. Podemos até, sem exagero, afirmar que a conflitualidade no continente africano é um problema que ultrapassou a dimensão regional ou continental e passou a ser um problema global, com impacto na economia mundial (Bernardino, 2023b).

Neste contexto, o aumento do número de ataques violentos contra trabalhadores e interesses chineses em África, levou à tomada de consciência da comunidade chinesa (e dos dirigentes políticos) para uma necessária proteção, associada à consequente perda económica que estes raptos e incidentes de segurança originam. Estes aspetos são assim alguns dos principais fatores que persuadiram o governo chinês a reagir e a apostar num reforço da segurança dos seus cidadãos e dos seus interesses económico-financeiros em África, no que parece ser uma “nova” Estratégia Militar Chinesa para África (Bernardino, 2023b, pp. 80-83).

A República Popular da China passou assim, num lapso de cerca de uma década, de um não-envolvimento intransigente para um envolvimento seletivo e incremental na cooperação bilateral, regional e global em matéria de paz e segurança. Nomeadamente, através da criação de programas de cooperação e assistência bilateral e multilateral (e bi-multilateral) integrados no “novo” quadro de Política Externa de Defesa, mantendo, contudo, o princípio intransigente da não ingerência nos assuntos internos dos países estrangeiros. Características que têm feito da República Popular da China, durante décadas, um ator pouco relevante em matéria de Segurança e Defesa em África. Segundo este novo paradigma, a China tem prosseguido uma abordagem estratégica assente em dois grandes vetores: primeiro, para defender os seus interesses económicos e de segurança, e numa segunda linha para expandir a sua influência em África e consequentemente no mundo.

O envolvimento crescente da China em operações de paz em África forneceu também o pretexto para acelerar a construção da designada “Marinha de Águas Azuis”, no intuito de poder estar mais presente no Oceano Índico e no Oceano Pacífico, tendo estabelecido a sua primeira base militar ultramarina, como vimos, em 2017, no Djibuti, precisamente em África. Por outro lado, alargou a sua presença militar envolvendo bilateralmente os países africanos através da realização de exercícios militares conjuntos, reforçando a formação e assessoria militar, estabelecendo protocolos para o fornecimento de sistemas de informação ligados à cibersegurança, e ainda reforçando a venda (e doação por contrapartidas) de material bélico, e estabelecendo programas de construção de infraestruturas militares

que têm garantido um reforço da cooperação de Defesa com praticamente todos os países africanos, nomeadamente os PALOP.

A vertente bilateral é reforçada, multilateralmente, através da relação cada vez mais privilegiada e estratégica, com a União Africana (UA) e as ORA, através do recém-criado Fórum China-África para a Segurança (tendo sido realizado até ao momento sete fóruns), combinando as duas vertentes da cooperação numa abordagem bi-multilateral estratégica.

Atualmente, o FOCAC, como vimos, cobre praticamente todo o continente africano e relaciona-se com Estados e Organizações Regionais. A China tem, atualmente, embaixadas em 50 Estados Africanos e está representada em todas as ORA, norteadando as relações da China com a UA e as Comunidades Económicas Regionais, pois esta cooperação tornou-se, cada vez mais, institucionalizada e estratégica para a China. Este quadro de referência permitiu criar oportunidades para alinhar a República Popular da China e África com normas e acordos de âmbito bi-multilateral, resultando numa parceria estratégica com as Organizações e os Estados Africanos, envolvendo várias áreas da cooperação, nomeadamente a económico-financeira e a de segurança e defesa inscritas no “Plano de Acção 2019-2021” e muitas medidas replicadas e aumentadas no atual “Plano de Acção 2024-2027”.

Em finais de 2022, a China ocupava o 9º lugar em termos de contribuições das tropas para todas as missões da ONU com um total de 2.235 militares e polícias, e passou a ser o maior contribuinte de tropas entre os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das NU. Nos últimos anos, a República Popular da China, reforçou o seu contributo para o orçamento das operações de manutenção da paz da referida organização, representando cerca de 15% do orçamento do Departamento das Operações de Paz das Nações Unidas (DPKO), estando em 2ª lugar depois dos EUA (28%). Estes indicativos foram ajustados no início de 2025, onde a República Popular da China passou a ser o 8º contribuinte de tropas para as missões das Nações Unidas, envolvendo 1802 capacetes azuis, dos quais 64 são mulheres)⁹.

Na dimensão bilateral, que constitui ainda o vetor primordial da cooperação de Defesa em África, assistimos na última década a um aumento significativo dos exercícios militares conjuntos e das visitas a portos dos navios da Marinha de Guerra Chinesa, nomeadamente através da participação em operação antipirataria liderada pela ONU ao largo do Corno de África, em que as visitas portuárias da Marinha Chinesa aos países africanos (a partir da base naval no Djibuti) tornaram-se cada vez mais frequentes, nomeadamente na área atlântica como vimos.

9. https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/02_country_ranking_82_january_2025.pdf

Assim, a presença dos designados “*security contractors*”, empresas de segurança Chinesas que respeitando o princípio da não ingerência têm se afirmado no contexto securitário Africano visam colmatar, por um lado, as falhas dos governos africanos que não conseguem garantir a segurança das empresas e trabalhadores chineses, e por outro lado reforçam a cooperação e a influência em África, resultando num contributo para a Economia de Defesa Chinesa e uma fonte de emprego para os militares reservistas das Forças Armadas Chinesas que são integrados nestas empresas de segurança semi-estatais.

O emprego destas empresas de segurança é entendido como um ponto relevante da “nova” estratégia securitária chinesa em África, auxiliando a segurança regional (e dos Estados) e beneficiando a China pelo nível de negócios e de receitas na área da Economia de Defesa que são capazes de gerar (valores ainda não do conhecimento público).

Em suma, a Estratégia Militar Chinesa para África tem vindo a desenvolver-se, recentemente, assente numa dinâmica crescente de envolvimento seletivo, privilegiando sempre a não ingerência nos assuntos internos dos Estados Africanos. Contudo, esta estratégia bi-multilateral tem levado a China a ser mais interventiva e a assumir-se como um dos principais atores para a Segurança e Defesa regional em África (Bernardino, 2023b). Este aspeto, no que designamos por uma “nova” estratégia militar chinesa em África, conjuga elementos de continuidade e alguns aspetos inovadores que se caracterizam por um maior envolvimento no quadro multilateral das operações de paz, no reforço da presença de empresas militares privadas chinesas e no reforço da cooperação, assessoria e aconselhamento militar, a par de um aumento na venda de armamento e do número de programas de assistência técnica e tecnológica militar com os países africanos, nomeadamente nos PALOP.

No futuro, tudo aponta para que esta influência vai crescer e expandir-se para outras latitudes dentro do continente africano, levando ao engajamento em operações navais no Oceano Atlântico e ao envolvimento em operações terrestres no quadro da ONU e da UA, reforçando assim, cada vez mais, a sua relevância e presença militar em África, como parte relevante de uma estratégia de globalização da sua Política Externa de Defesa. Neste contexto, importa agora analisar a relação da República Popular da China na dimensão da cooperação de Defesa com os PALOP.

A Cooperação de Defesa entre a República Popular da China e os PALOP

A República Popular da China mantém relações político-diplomáticas-económicas com todos os PALOP, praticamente desde o tempo do apoio aos movimentos de independência nacional, constituindo-se, como vimos, mais recentemente,

num parceiro estratégico no desenvolvimento e em especial na cooperação de Defesa. Por outro lado, todos os países dos PALOP têm Embaixadas Chinesas e Adidos Militares de Defesa que relacionam e simbolizam a relação estratégica que formalizaram praticamente após as independências. A ideologia marxista e de índole revolucionária de Mao Tse Tung é muito do agrado das lideranças político-militares destes países africanos, pois que praticamente todos tiveram contactos com a República Popular da China e detêm uma relação privilegiada com as escolas militares chinesas.

A Escola e ideologia chinesa constituiu um pilar central na edificação dos Estados Africanos antes, durante e após as independências e forjou uma ideologia matricial revolucionária pró-marxista que ainda é a matriz de muitos dos partidos políticos nos PALOP. Vejamos em suma como cada país dos PALOP (excluiu-se propositadamente a Guiné-Equatorial) se relaciona na cooperação no domínio da Defesa com a China e dedicaremos especial atenção a Angola que é efetivamente “especial”.

As relações diplomáticas entre a República Popular da China e a República de Cabo Verde¹⁰ foram estabelecidas em 1976, dando início a uma relação bilateral marcada inicialmente por apoio técnico e diplomático, com enfoque inicial na área da saúde, educação e construção de infraestrutura básicas, essencialmente no apoio ao desenvolvimento e na edificação das estruturas sociais do Estado cabo-verdiano. Após estes desenvolvimentos iniciais assiste-se, em paralelo, a uma crescente aproximação nas áreas de segurança, infraestrutura e capacitação técnica (nas mais diversas áreas) e mais recentemente, o apoio estendeu-se a áreas mais tecnológicas, e concretamente na vertente da tecnologia militar.

Cabo Verde tem reiterado o seu apoio ao princípio de “...uma só China...”, reforçando a confiança política entre os dois países e estabelecendo laços político-diplomáticos que são relevantes para a presença da China no Golfo da Guiné e tentar uma aproximação estratégica que lhe permita “controlar” parte do Oceano Atlântico médio. A cooperação técnico-militar é consistente e assenta especialmente na doação (ou venda a condições muito favoráveis) de equipamentos mili-

10. “...A China é hoje um dos mais importantes parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde, tendo apoiado, entre vários projetos de construção de infraestruturas e têm mantido relações de cooperação em outras áreas, incluindo o desenvolvimento de recursos humanos e capacitação. Nesse contexto, a cooperação no desenvolvimento de recursos humanos normalmente envolve programas de treino, bolsas de estudo e assistência técnica. Em 2022 as exportações de Cabo Verde para a China foram de 20 mil dólares americanos e as importações de 93 milhões. As relações diplomáticas e de amizade entre a China e Cabo Verde têm uma história que remonta a várias décadas. Estes dois países, apesar de estarem geograficamente distantes, têm construído uma relação sólida e mutuamente benéfica, baseada em laços históricos, cooperação e interesses comuns. Desde o estabelecimento oficial das relações diplomáticas entre a China e Cabo Verde, ambas as nações têm trabalhado em conjunto para fortalecer os laços bilaterais, abrangendo áreas como comércio, cultura, agricultura, educação, desenvolvimento e ajuda humanitária...”. Disponível em: https://www.forumchinaplp.org.mo/pt/country_invest/view/7339

tares, formação técnica e intercâmbio de Oficiais e ainda no apoio à modernização de infraestruturas militares e estatais (Palácio da Assembleia Nacional, Estádio Nacional, Biblioteca Nacional e Campus da Universidade de Cabo Verde). Neste contexto, constatamos que em 2020¹¹, foi assinado um protocolo de concessão gratuita de assistência militar, envolvendo doações de materiais às Forças Armadas Cabo-verdianas¹² que tem contribuído para alavancar capacidades militares estruturantes, nomeadamente na guarda-costeira.

Já a cooperação político-militar chinesa com a República da Guiné-Bissau, muito por via do apoio político a Amílcar Cabral teve a sua origem no apoio ao Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e numa base comum (interdependente) que vem desde o apoio ao movimento anticolonial que viria a ditar a independência da Guiné-Bissau em 10 de setembro de 1974. A China é um dos maiores parceiros internacionais da Guiné-Bissau, que cooperam há vários anos em diferentes áreas, tais como: educação, saúde, pesca e na vertente da Defesa.

A Guiné-Bissau é vista pela China como um parceiro privilegiado na África Ocidental, com potencial para interagir ao nível da cooperação marítima e segurança regional, nomeadamente com a adesão da Guiné-Bissau à “*Belt and Road Initiative*”, que reforça o interesse chinês em apoiar a estabilidade e infraestrutura de Defesa no país e assegurar condições vantajosas de cooperação económico-financeira e de segurança-defesa. Podemos também constatar que após atualmente as maiores infraestruturas públicas da Guiné-Bissau foram construídas no quadro da cooperação com a República Popular da China e este apoio é fundamental para que a Guiné-Bissau possa garantir as condições mínimas de desenvolvimento e de segurança.

A cooperação de Defesa entre a China e a Guiné-Bissau tem ganhado destaque nos últimos anos, especialmente com o aprofundamento das relações bilaterais em 2024, onde no mês de julho, durante visita oficial do Presidente Umaro Sissoco Embaló a Pequim, a República Popular da China e a República da Guiné-Bissau elevaram as suas relações ao nível de parceria estratégica¹³. A Declaração Conjunta assinada reafirma o firme propósito de reforçar a cooperação entre os dois países,

11. Disponível em: <https://www.governo.cv/china-e-cabo-verde-assinam-protocolo-sobre-concessao-gratuita-de-assistencia-militar/>

12. Disponível em: <https://caboverde24.info/2025/07/05/relacao-cabo-verde-e-china-oportunidades-e-dependencia/>

13. “...O presidente da Guiné-Bissau assinalou que a Guiné-Bissau continuará a se manter firme com a China, defender o princípio de Uma Só China e apoiar a posição da China em seus interesses fundamentais, como o assunto de Taiwan. A Guiné-Bissau admira as notáveis realizações de desenvolvimento da China e considera a China como a sua principal prioridade nas relações externas e o seu parceiro mais importante. A Guiné-Bissau espera aprender com a experiência de desenvolvimento da China e fortalecer a cooperação com o país asiático

incluído compromissos em áreas como: Defesa e Segurança; formação militar e o apoio técnico e logístico, nomeadamente na construção de infraestruturas críticas e de capacitação operacional, onde se constata que a China tem contribuído para a construção e reabilitação de infraestruturas públicas ligadas à segurança nacional, incluindo nomeadamente: Quartéis e centros de comando; sistemas de comunicação e controlo na formação de Oficiais guineenses em academias militares chinesas...um padrão que parece ser linear e muito idêntico na abordagem aos PALOP.

Neste contexto, a cooperação de Defesa da China com Moçambique assenta igualmente numa relação político-diplomática baseada numa ligação histórica e no apoio aos movimentos de libertação moçambicanos, nomeadamente a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e no apoio direto (desde 1962) a Eduardo Mondlane e, após a sua morte, a Samora Machel, que contribuiu, decisivamente, para alcançar a independência de Moçambique decretada em 25 de junho de 1974 em Maputo.

O apoio da República Popular da China de Mao Tse Tung à FRELIMO incidiu inicialmente em vários domínios, desde logo no apoio militar e logístico, nomeadamente no fornecimento de armas, munições e equipamento militar ao movimento de libertação durante a luta armada contra o domínio colonial português (1964–1974). Depois, no treino militar de guerrilheiros moçambicanos em território chinês, com foco em táticas de guerrilha inspiradas na experiência maoísta. Inspiração que se deveu a uma influência ideológica marxista onde a China promoveu o maoísmo como modelo de organização revolucionária, influenciando as estruturas político-militares da FRELIMO, tendo sido “crucial” para desbloquear debates internos e consolidar uma linha ideológica própria que se mantém até aos dias de hoje¹⁴.

Após a independência, a República Popular da China e a República de Moçambique estabeleceram relações diplomáticas formais, onde ao longo de meio século, sob a orientação estratégica dos líderes de ambos os países, a parceria evoluiu para uma relação de parceria estratégica abrangente, marcada pela confiança mútua, cooperação bi-multilateral e múltiplos apoio recíprocos. Moçambique participa ativamente tanto do “Fórum de Cooperação China-África” quanto do “Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa” (sediado em Macau como vimos). Ambos os países valorizam o papel positivo desses fóruns na promoção da cooperação económica e comercial bi-multilateral e comprometem-se a aprofundar, ainda mais, essa cooperação mutuamente benéfica.

em áreas como comércio, investimento, infraestrutura e recursos minerais...”. Disponível em: https://gw.china-embassy.gov.cn/por/xwtdt/202407/t20240711_11452267.htm

¹⁴. Disponível em: <https://portuguese.people.com.cn/n3/2025/0625/c309809-20332143.html>

A cooperação de Defesa entre a China e Moçambique tem se intensificado nos últimos anos, refletindo uma relação estratégica que se estende até os desafios contemporâneos de segurança regional, nomeadamente na capacitação operacional das Forças Armadas e de Defesa de Moçambique (FADM) e concretamente no combate ao terrorismo na região de Cabo Delgado¹⁵. A Cooperação de Defesa China–Moçambique recentemente reforçou-se na Reunião Ministerial em Pequim (junho de 2024), onde os Ministro da Defesa da China, Dong Jun e o Ministro moçambicano da Defesa Nacional, Cristóvão Chume concordaram em reforçar essa cooperação, tendo na declaração oficial Dong Jun afirmado que “...o aprofundamento da cooperação militar bilateral é de importância estratégica para alcançar o desenvolvimento comum e manter a estabilidade regional...”¹⁶.

Os objetivos da cooperação firmados na Declaração Conjunta visam fortalecer as Forças de Defesa e Segurança (FDS) moçambicanas, implementar o consenso político-diplomático entre os Chefes de Estado, e principalmente elevar as relações militares e de cooperação de Defesa para um novo nível...designado de “estratégico” (Bernardino, 2021).

Moçambique é considerado pela China como um parceiro-chave na África Austral, especialmente devido à sua relevante localização geoestratégica, relativamente perto da sua base militar no Djibuti e pelo controlo do acesso ao Oceano Atlântico pelo Canal de Moçambique. Por outro lado, os desafios de segurança na região de Cabo Delgado têm contribuído para uma diminuição nas trocas comerciais entre estes dois países, principalmente ao nível das exportações moçambicanas para a China, muito por via da paragem da extração de gás natural e petróleo e na produção de madeira na região de Afungi em Cabo Delgado.

Como refere ainda Luis Bernardino (2023b) a cooperação militar é parte de uma estratégia mais ampla que inclui investimentos em infraestrutura críticas, energia e apoio de saúde e educação, e que aposta também no envolvimento “inovador” de empresas privadas de segurança chinesas como entrepostos comerciais para a venda de material militar e apoio à construção de infraestruturas de Defesa em complemento e paralelo à cooperação de Defesa China-Moçambique.

A realidade na relação de cooperação de Defesa China-São Tomé e Príncipe não é muito diferente do que vimos antes com os outros PALOP, apenas que a dimensão e relevância da cooperação parece ser diferente e também pelo facto do executivo são-tomense ter optado por ter uma Embaixada de Taiwan na ilha o que

¹⁵. Disponível em: <https://aimnews.org/2024/09/05/china-podera-formar-militares-mocambicanos-no-combate-ao-terrorismo/>

¹⁶. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/china-sublinha-importancia-estrategica-da-cooperacao-militar-com-mocambique_n1582404

afastou a cooperação chinesa durante alguns anos...facto que terminou em 20 de dezembro de 2016¹⁷.

Durante o período da luta pela independência de São Tomé e Príncipe (décadas de 1960 e 1970), a China desempenhou um papel de apoio ativo aos movimentos de libertação africanos, incluindo o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP). Embora o envolvimento chinês tenha sido mais discreto do que em países como Moçambique ou Angola, este envolvimento foi politicamente significativo e contribuiu para a declaração da independência em 12 de julho de 1975.

A cooperação de Defesa entre a República Popular da China e os sucessivos governos de São Tomé e Príncipe no período pós-independência tem ganhado maior relevância nos últimos anos, especialmente após o restabelecimento das relações diplomáticas em 2016.

Mais recentemente, a partir de 2023, essa parceria estratégica passou a incluir iniciativas concretas no setor da segurança interna e apoio técnico-militar, onde se destaca a reunião bilateral China – S. Tomé e Príncipe (setembro de 2023) com a participação do Ministro da Defesa e Administração Interna de São Tomé e Príncipe, Jorge Amado, e da Embaixadora da China, Xu Yingzhe, tendo como objetivo principal reforçar a cooperação em vários aspetos da Segurança Interna e Defesa Nacional, destacando-se, pela primeira vez, o envio de dois peritos chineses em sistemas de segurança para assegurar formação técnica das forças de segurança são-tomenses o apoio ao funcionamento de equipamentos de vigilância e comando oferecidos pela China. Uma abordagem já conhecida e que assenta numa tentativa de controlar os sistemas de vigilância marítima numa região tão relevante como o Atlântico médio e as redes de comunicação governamentais (Bernardino, 2023b).

A declaração conjunta assinada nessa data reflete muitas das orientações para a cooperação de futuro entre os dois países e refere especialmente que: "...as duas partes enaltecem o papel de orientação e promoção desempenhado pelo FOCAC no impulsionamento da cooperação China-África de alta qualidade, desde a sua criação há 24 anos, e consideraram que o êxito da Cimeira de Beijing do FOCAC deu início a um novo capítulo de solidariedade e cooperação China-África...", salientando ainda que as duas partes estão dispostas a seguir a "Declaração de Beijing" sobre a formação conjunta de uma comunidade com futuro compartilhado entre a República Popular da China e África e o respetivo FOCAC-Plano de Acção (2025-2027), relevantes para aprofundar a cooperação mutuamente benéfica e pragmática entre China e África e alcançar o desenvolvimento e a prosperidade do continente.

¹⁷. Disponível em: <https://www.observatoriodachina.org/pt/article/china-e-sao-tome-e-principe-assinam-novo-acordo-de-cooperacao-bilateral>

As duas partes expressaram ainda a disposição de discutir a negociação e a assinatura de um acordo-quadro da parceria económica para o desenvolvimento compartilhado, promover arranjos mais flexíveis e pragmáticos de liberalização e facilitação de comércio e investimento e proporcionar garantia institucional a longo prazo, estável e previsível para a cooperação económica e comercial entre a China e São Tomé e Príncipe¹⁸.

Depois de analisados sumariamente a relação da República Popular da China com os PALOP e que nos permitiu constatar a existência de uma “nova” estratégia militar chinesa para África, que envolve diretamente os PALOP e assenta numa abordagem muito semelhante entre estes países, importa analisar, mais em detalhe, a relação de cooperação de Defesa com a República de Angola, aspeto que será central na próxima sessão.

A Cooperação de Defesa da China com Angola

As relações históricas entre a república de Angola e a República Popular da China remontam ao apoio ao processo de independência angolano que contribuiu para a sua independência em 1975. Ao longo da luta pela independência, a China teve um envolvimento conturbado, com apoios oscilantes aos diferentes movimentos de libertação, ainda que, formalmente, reconhecesse a legitimidade dos três, nomeadamente a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA), Frente Nacional para Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA) tendo, inclusive, enviado uma manifestação formal de saudação aos três movimentos quando firmado o Acordo de Alvor (Taylor, 2006). Após alguns anos de negociação, em 1983, Angola e China estabelecem as primeiras relações diplomáticas formais, iniciando um caminho de intensas relações e cooperação estratégica que perdura até hoje.

Ao longo das décadas seguintes, especialmente a partir dos anos 1990, Angola e China estreitaram relações políticas e económicas, com a assinatura de diversos acordos e ampliação das relações comerciais, com Angola figurando entre os principais parceiros chineses em África (Vines e Campos, 2007). As relações económicas entre a República Popular da China e a República de Angola ganham um significativo impulso em 2003, com a criação do “Fórum para Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa”, do qual, além de China e Angola, também fazem parte o Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Timor-Leste. O Fórum, de natureza informal, tem a sede para reuniões em Macau, o que possibilita que a República Popular da China maximize o potencial da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM)

¹⁸. Disponível em: https://st.china-embassy.gov.cn/por/sghd_3/202410/t20241015_11507877.htm

como ponte para a cooperação e investimentos nos Países de Língua Portuguesa (Alves, 2007).

Em 2024, durante a visita do Presidente Angolano João Lourenço a Pequim, foi assinada uma Declaração Conjunta de elevação das relações bilaterais para “Parceria de Cooperação Estratégica Global¹⁹”. Na ocasião, João Lourenço destacou a importância do auxílio chinês durante a reconstrução pós-guerra civil e na pandemia de Covid-19, enquanto Xi Jinping enfatizou o compromisso chinês em apoiar as “soluções africanas para problemas africanos” e a resolução dos problemas de paz e segurança, além de aprofundar a cooperação no âmbito da Iniciativa da Nova Rota da Seda²⁰ (Xinhua, 2024). As relações entre Luanda e Pequim, todavia, não se restringem ao âmbito económico, a cooperação em Defesa é um campo de grande relevância e merece ser analisado com maior profundidade, nomeadamente no contributo para a capacitação das Forças Armadas dos PALOP.

Recorde-se que em 2017, após quase quatro décadas no poder, José Eduardo dos Santos deixa de ser o presidente angolano, assumindo o cargo João Lourenço. Ainda que se tenha um governo de continuidade do MPLA, Lourenço pretende promover algumas mudanças na política externa e na política de defesa. Destaca-se, em especial, a revisão da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, e em 2018, com o Decreto Presidencial que estabelece o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) e o respetivo Livro Branco de Defesa Nacional. Os documentos avançam significativamente no pensamento e planeamento estratégico comparado com seu antecessor, trazendo a ideia de que o “...Conceito Estratégico de Defesa Nacional define os aspetos fundamentais da estratégia global do Estado em matéria de Defesa Nacional...” (República de Angola, 2018a).

Na mesma linha da publicação do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, também é publicado o Livro Branco de Defesa Nacional. Assim como os documentos semelhantes de outros Estados (como no Brasil), o Livro Branco tem como objetivo dar maior transparência à Política de Defesa Nacional de Angola para os outros países e ampliar os conhecimentos da população sobre o tema da soberania nacional. Fica claro, no Livro Branco, a expectativa angolana de assumir um papel de protagonismo na região subsariana, referindo que:

[...] “...as novas dinâmicas de ordem externa e interna determinam um novo modelo de inserção de Angola na arena internacional e obrigam as Forças Armadas Angolanas a assumir novas responsabilida-

19. Comprehensive Strategic Cooperative Partnership.

20. Ressalte-se que, em 2018, foi assinado o Memorando de Entendimento entre o Governo da República Popular da China e o Governo da República de Angola sobre a cooperação no âmbito da Iniciativa do Cinturão Económico da Rota da Seda e da Rota da Seda Marítima do Século XXI, formalizando a adesão de Angola a estas iniciativas chinesas.

des, compatíveis com o nível de ambição política do nosso país...” [...] (República de Angola, 2018b, p. 2350).

A possibilidade de desempenhar um papel de liderança e de força de estabilização regional, contudo, está condicionada à necessidade de modernização, reestruturação e redimensionamento das Forças Armadas Angolanas, em especial a sua Marinha de Guerra Angolana (MGA) e na Força Aérea Nacional Angolana (FANA).

Neste contexto, e tendo constatado as lacunas supracitadas, entre 2012 e 2023, o governo angolano realizou a compra de mais de vinte tipos de equipamentos militares diferentes, em sua grande maioria, aeronaves e helicópteros, sendo que dos 137 equipamento adquiridos neste período, apenas 17 trata-se de embarcações (seis dessas ainda por serem entregues) e 3 aeronaves de patrulha marítima (IISS, 2024; SIPRI, 2025). Historicamente, a Rússia é uma das principais fornecedoras de armamentos para Angola; as sanções internacionais recentes contra a Rússia, todavia, impactaram negativamente nesse fluxo, levando a República de Angola a procurar outros fornecedores, entre eles, a China, que em determinadas áreas específicas passou a ser o principal fornecedor de equipamento militar a Angola.

Tabela 1. Armamentos China – Angola

Recipient	Supplier	Designation	Description	Weapon Category	Order Year	Number Ordered	Delivery Years
Angola	China	vehicle engine 301-400	vehicle engine	Engines	2013	45	2015
Angola	China	Assaulter	fire-support vehicle	Armoured vehicles	2015	10	2016
Angola	China	WZ-551	armoured personnel carrier	Armoured vehicles	2015	5	2016
Angola	China	K-8 –	trainer/combat aircraft	Aircraft	2018	12	2020
Angola	China	MA-60 -	transport aircraft	Aircraft	2018	2	2019

Fonte: Elaboração própria com dados do SIPRI MILEX Database (2025)

Apesar da importância que o mar tem para a política e a economia angolanas, a estratégia marítima e a capacidade da sua Marinha de Guerra ainda estão muito aquém do necessário. Atualmente, por exemplo, o seu contingente corresponde a apenas 5 % (um efetivo que ronda os 5000 militares) do total das Forças Armadas Angolanas (FAA), seguindo muita da lógica que presidiu aos Acordos de Bicesse. Por outro lado, o Atlântico é uma região de grande interesse geoestratégico para a China, considerando que não só é uma área rica em recursos energéticos e naturais, como também uma zona de influência direta dos Estados Unidos. Além disso,

na região encontram-se uma grande parte dos maiores fornecedores de petróleo para a China, entre eles, Angola.

A região do Golfo da Guiné, da qual Angola é um Estado central, é uma das áreas na qual a China tem ampliado a sua participação económica e securitária. Destaca-se a participação chinesa em mais de 70 portos na região, dos quais, cerca de metade, já possuem capacidade para receber navios militares e apoiar a realização de operações e manobras navais na região (Boletim Geocorrente, 2025). Em Angola, a República Popular da China tem uma presença constante nos portos de Lobito, Cabinda, Namibe e Luanda, sendo que apenas o último tem capacidade para receber navios de guerra chineses, contribuindo para a possibilidade de a China passar a deter no curto/médio prazo uma base naval no Atlântico Sul.

Como já foi mencionado, existe algumas especulações de que a China teria intenção de implementar uma segunda base militar na África, desta vez no Atlântico, ainda que os maiores indícios sinalizem para a Guiné Equatorial. Nantulya, ao considerar uma série de aspectos, como as relações entre partidos e o montante de investimentos chineses no país, além das condições dos portos, coloca Luanda como uma opção também viável para a criação de uma base militar naval (2025).

A cooperação em Defesa com a China, pode efetivamente ser um caminho promissor para a modernização das FAA. Na Declaração Conjunta com a República Popular da China, assinada em 2024, a cooperação na vertente da Defesa aparece como prioritária, fazendo referência à “Iniciativa para Segurança Global”. No documento, é afirmado o desejo de:

[...]reforçar ainda mais o intercâmbio e a cooperação em matéria de mediação de conflitos e segurança; estreitarão os intercâmbios de alto nível sobre assuntos de defesa e segurança; reforçarão também a cooperação no domínio da formação de pessoal, combate ao crime transnacional, equipamento, tecnologias e outros de interesse mútuo (Declaração Conjunta, 2024, s/p).

Uma parcela das iniciativas de cooperação em Defesa desenvolvidas entre a China e Angola está vinculadas ao designado “Comité Conjunto de Cooperação da Ciência, Tecnologia e Indústria de Defesa Angola-China”. É emblemático, por exemplo que, na 5ª Reunião do Comitê, em 2018, o Governo angolano tenha solicitado apoio financeiro chinês para continuar o processo de modernização das FAA (RTP, 2018). Ressalte-se que, no ano anterior, João Lourenço, ainda como Ministro da Defesa Nacional de Angola, em encontro com seu homólogo chinês, já tinha demonstrado o desejo de aprofundar a cooperação no domínio militar. Neste contexto, foram consubstanciadas as compras de equipamentos para a Força Aérea Nacional de Angola (ver tabela 1).

Em 2021, Angola realizou-se um Acordo-Quadro com a empresa chinesa “China National Aero-Technology Import e Export Corporation” (CATIC), numa

das principais ações no âmbito da cooperação em Defesa entre os dois países. Só em 2022, 18,6 milhões de dólares foram concedidos em empréstimos chineses para aquisição, por parte do governo de angolano, de equipamentos, bens e serviços militares para da Força Aérea Nacional Angolana por parte da CATIC (DW, 2025). Já no início de 2025, o governo angolano assinou com a CATIC um novo acordo, no valor de 36 milhões dólares, sem especificar quais meios e equipamentos militares seriam adquiridos (DW, 2025).

Atualmente, China e Angola teriam três acordos de cooperação vigente na área de defesa. Além do já mencionado com a CATIC, também há um acordo entre os Ministérios da Defesa e um sobre fornecimento gratuito de material militar não letal (Embaixada da República de Angola em Portugal, 2021).

Mais recentemente, o Embaixador Chinês em Angola, Zhang Bin, enfatizou a importância da cooperação em defesa entre os dois países, destacando a cooperação já existente entre as duas forças armadas, através da formação de quadros, trocas de alto nível, e outras parcerias no domínio militar e industrial (O PAÍS, 2025).

Segundo Carrozza e Marsh (2022), Angola está entre os principais Estados africanos a receber auxílio para treinamento militar e equipamentos de TI. Há, por exemplo, um acordo firmado em 2020 entre a China Telecom Global e a Angola Cable para a criação de uma linha de comunicação de cabos submarinos entre China, Angola e Brasil, passando pela África do Sul. Como já foi mencionado, Angola está diversificando suas parcerias militares, o que significou uma aproximação com a China, mas também com os Estados Unidos. Em 2023, durante a visita do Secretário de Defesa Norte-Americano, Lloyd Austin, foi criado um Comitê de Defesa Bilateral EUA-Angola. Além disso, participa de exercícios militares com os EUA, como o *Obangame Express*²¹ e outros treinos e operações navais contra pirataria (Loureiro e Correia, 2025).

As relações militares e a cooperação em defesa entre Angola e China, assim, tem crescido significativamente no período analisado. Isso reflete, tanto um interesse angolano em diversificar suas parcerias e modernizar suas forças armadas, quanto a política de longo prazo chinesa visando ampliar a sua presença militar na costa africana atlântica.

Considerações Finais

A cooperação entre a China e os PALOP evoluiu ao longo dos anos, configurando-se uma parceria estratégica e pragmática, com ganhos para os dois lados. O auxílio chinês foi, e segue sendo, de grande valia para a estruturação e fortalecimento institucional das forças armadas desses Estados africanos. Evidentemente,

21. Exercício militar anual coordenado pelo AFRICOM.

a China também se beneficia dessa cooperação, não só pelos eventuais ganhos econômicos puros, no caso da venda de armamentos, mas também pela questão estratégica, já que garante a segurança dos seus investimentos nesses países e amplia o seu posicionamento militar na região.

É importante destacar que os principais vetores dessa cooperação são o treinamento e capacitação militar e a construção e melhora de infraestruturas. Isso vai ao encontro do que já foi discutido ao longo do trabalho, sobre a grande estratégia chinesa; ou seja, não são ações pontuais, nem de curto prazo. Para além de uma parte da política externa chinesa, essa cooperação traduz uma estratégia ampla, concatenando a dimensão militar com objetivos políticos, económicos e de segurança, inserindo-se num quadro bi-multilateral que consolida a presença de Pequim como ator incontornável na África.

Sobre as relações específicas entre China e Angola, alguns aspetos merecem destaque. Em primeiro lugar, está bastante claro que Angola não pretende se alinhar automaticamente a nenhuma força externa, seja a própria China, seja os EUA ou até mesmo a Rússia. O que se percebe das ações angolanas nos últimos anos é uma diversificação de parcerias em defesa, o que envolve tanto a China, quanto países da NATO, como Portugal e EUA, passando por outros Estados atlânticos como o Brasil.

Em segundo lugar, é possível perceber, como foi mencionado anteriormente, que a China está colocando em curso uma estratégia gradual e de longo prazo de ampliar a sua presença militar na África e, em especial, no Atlântico, que é uma região de influência histórica dos EUA. O aprofundamento da cooperação em defesa com Angola, assim, faz parte de um processo mais amplo, que envolve: (1) a Iniciativa para a Segurança Global e a Nova Rota da Seda; (2) a garantia dos investimentos feitos em países estratégicos, em especial os fornecedores de petróleo; e (3) a busca pelo controle estratégico do corredor Atlântico – Índico.

Nesse sentido, é possível, a partir do caso angolano, identificar as potencialidades e os desafios dos PALOP nessa cooperação com a China. As vantagens dessa cooperação, para os países africanos, são bastante evidentes, tendo em vista os ganhos em capacitação, infraestrutura e equipamentos. Esses benefícios, todavia, são acompanhados de uma dependência desse auxílio chinês, além da incorporação desses países na estratégia militar chinesa para a África.

É possível perceber, assim, que a cooperação em defesa com a República Popular da China tem contribuído significativamente para a capacitação técnica e estrutural dos PALOP. A consolidação dessas capacidades, contudo, irá depender da habilidade desses Estados em transformar o apoio externo em desenvolvimento efetivo e de longo prazo, através de instrumentos de autonomia estratégica.

Bibliografia

- ALVES, D. B.(2007). A Presença Chinesa em África: O caso de Angola. *Negócios Estrangeiros*, N.º.10. Fevereiro 2007.
- ARDUINO, A. (2017). China's Belt and Road Initiative Security Needs: The Evolution of Chinese Private Security Companies. *RSIS Working Paper*, August 29, 2017. <https://www.rsis.edu.sg/wp-content/uploads/2017/08/WP306.pdf>
- ARDUINO, A. (2024). China's Expanding Security Footprint in Africa: From Arms Transfers to Military Cooperation. *Istituto per gli Studi di Politica Internazionale*, 30 September 2024.
- BERNARDINO, L. M. B.(2021). *A cooperação de defesa na CPLP e a presença militar chinesa em África*. Instituto Internacional de Macau. Mosaico N.º 69. ISBN 978-989-54696-8-0. Disponível em: <https://www.iimacau.org.mo/bookshop/index.php/pt/categories/colecao-do-iim/colecoes/mosaico/vol-lxix-a-coopera%C3%A7%C3%A3o-de-defesa-na-cplp-e-a-presen%C3%A7a-militar-chinesa-em-%C3%A1frica-detail>
- BERNARDINO, L. M. B. (2023a). A Importância do Bi-Multilateralismo nas novas Relações Internacionais. Impactos para a Defesa Nacional. *Revista Militar*. Lisboa. N.º 2661. Outubro 2023. pp. 773-784. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1743>
- BERNARDINO, L. M. B. (2023b). A Estratégia Militar Chinesa em África. Impacto para a Segurança Global. *Revista Janus*. Universidade Autónoma de Lisboa. pp. 80-83. Disponível em: <https://repositorio.grupoautonoma.pt/items/0592e05e-8162-4f94-8c52-fbea41f3a945>
- BERNARDINO, L. M. B. e RIZZI, K. R.(Coordenadores) (2023). *25 Anos de Cooperação de Defesa na CPLP*. Cooperativa de Ensino Universitário – Universidade Autónoma de Lisboa. 1ª Edição 2023. ISBN: 978-989-33-4737-9. <http://hdl.handle.net/11144/6675>. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/entities/publication/435e681a-cb41-4b52-a704-af9a09239d3f>
- BOLETIM GEOCORRENTE (2025). *Edição Especial: Golfo da Guiné*. Escola de Guerra Naval, 17 de abril de 2025.
- Declaração Conjunta entre a República Popular da China e a República de Angola sobre o Estabelecimento da Parceria de Cooperação Estratégica Global (2024). Beijing, 15 de março. Disponível em <https://portuguese.xinhuanet.com/20240316/0688e10ef49b48b19c32aa324451adeb/c.html>
- CHINA WHITE PAPER (2019). China's National Defense in the New Era: Beijing. http://eng.mod.gov.cn/publications/2019-07/24/content_4846452.htm.
- CHINA'S GROWING ROLE AS A SECURITY ACTOR IN AFRICA (2019). Briefing Parlamento Europeu. Bruxelas. [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2019/642232/EPRS_BRI\(2019\)642232_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2019/642232/EPRS_BRI(2019)642232_EN.pdf)
- CHINA-AFRICA BUSINESS COUNCIL (2023). Chinese Investment in Africa 2022. <http://www.focac.org/zgqytfzbg/202108/P020220914838137103976.pdf>
- CARROZZA, I.; MARSH, N. J. (2022). Great Power Competition and China's Security Assistance to Africa: Arms, Training, and Influence, *Journal of Global Security Studies*, Volume 7, Issue 4, December 2022.
- DEUTSCHE WELLE – DW (2025). *Angola celebra acordo na área da Defesa com empresa chinesa*. 26/02/2025. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-celebra-acordo-na-%C3%A1rea-da-defesa-com-empresa-chinesa/a-71762475>

- EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE ANGOLA EM PORTUGAL (2021). *Angola e China destacam relações no domínio militar*. Julho 26, 2021. Disponível em <http://www.embaixadadeangola.pt/angola-e-china-destacam-relacoes-dominio-militar/>
- KARDON, I. (2022). China's Port in Africa. In: ROLLAND, Nadège (Ed.). *(In)roads and Outposts: Critical Infrastructure in China's Africa Strategy*. The National Bureau of Asian Research, NBR Special Report n°98, May 2022.
- INTERNATIONAL INSTITUT FOR STRATEGIC STUDIES (2024). *The Military Balance*. 2024
- JILI, B. (2023). *Africa's Demand for and Adoption of Chinese Surveillance Technology*. Atlantic Council, Digital Forensic Research Lab (DFRLab), Issue Brief, May 2023.
- LEANDRO, F. J. (2025). *China a Global Power? The Three Great Wall's of the Middle Kingdom*. Singapore: Palgrave Macmillan. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-981-96-4451-3>
- LEANDRO, F. and YICHAO, L. (2024). Global Partners Not Contiguous Neighbours: The Potential of Sino-Portuguese Cooperation. In: *The Palgrave Handbook on China-Europe-Africa Relations*. Palgrave Macmillan: pp. 101-138
- LEANDRO, F., YICHAO L. and COSTA, C. M. (2024). Forty Years of China-Angola Relations: Rethinking the Strategic Partnership In: *The Palgrave Handbook on China-Europe-Africa Relations*. Palgrave Macmillan: pp. 483-520
- LEANDRO, F. J.; LI, Y. (2023). Spatial Development Initiatives: The Case of African Portuguese Speaking Countries. In: Duarte, P.A.B., Albuquerque, R., Tavares, A.M.L. (eds) *Portugal and the Lusophone World*. Palgrave Macmillan, Singapore. https://doi.org/10.1007/978-981-99-0455-6_27. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-981-99-0455-6_13
- LOUREIRO, N. e CORREIA, A. (2025). Portugal, Angola, and NATO: New Horizons for the South Atlantic and the Role for Portuguese Diplomacy. In: RELVAS, S., GANT, M.; KELLY, D.; EDWARDS, S. (Ed.). *Regional, International, and Transatlantic Relations from the Iberian Peninsula to the World*, IGI Global.
- MAWDSLEY, Emma (2007). China and Africa: Emerging challenges to geographies of power. *Geography Compass*, Volume.1, N°3, 2007.
- NANTULYA, P. (2023). *China's "Military Political Work" and Professional Military Education in Africa*, African Center for Strategic Studies (ACSS), October 30, 2023.
- NANTULYA, P. (2024). *A Crescente Militarização da Política Africana da China*, African Center for Strategic Studies (ACSS), December 16, 2024.
- NANTULYA, P. (2025). *Mapping China's Strategic Port Development in Africa*, African Center for Strategic Studies (ACSS), March 10, 2025.
- NANTULYA, P.(2025b). *China Widening Its Influence in Africa through Expanded Security Engagements*, African Center for Strategic Studies (ACSS), June 10, 2025.
- O PAÍS (2025). Angola e China reafirmam amizade histórica e cooperação militar duradoura. 5 Agosto 2025. Disponível em <https://www.opais.ao/politica/angola-e-china-reafirmam-amizade-historica-e-cooperacao-militar-duradoura/>
- PENG, I. K.; LEANDRO, F., BEJA, C. e LU, Y. (Editors) (2022). *China, Guinea-Bissau, Mozambique and São Tomé and Príncipe: From sporadic bilateral exchanges to a comprehensive multi-lateral platform*. City Institute for Research on Portuguese-speaking countries. Disponível em: <https://iropc.cityu.edu.mo/en/Publications/244>
- TAYLOR, I. (2006). *China and Africa. Engagement and compromise*. New York: Routledge.

- TOMÉ, L. (2025). A China de Xi Jinping em 2024-2025. *Revista Janus 2024-2025*. Conjuntura Internacional. Disponível em: <https://observare.autonoma.pt/anuario/wp-content/uploads/sites/5/2025/09/Janus-2024-2025-%E2%80%93Luis-Tome%CC%81.pdf>
- REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA (2018a). Decreto Presidencial nº107/18 de 23 de abril de 2018 – Conceito Estratégico de Defesa Nacional
- REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA (2018b). Decreto Presidencial nº108/18 de 25 de abril de 2018 – Livro Branco de Defesa Nacional
- RTP (2018). Angola quer apoio financeiro chinês para formação e equipamento nas Forças Armadas. 23 de agosto de 2018. Disponível em https://www.rtp.pt/noticias/economia/angola-quer-apoio-financeiro-chines-para-formacao-e-equipamento-nas-forcas-armadas_n1094694
- SIPRI Arms Transfer Database (2025).
- YICHAO, L.; LEANDRO, F.; SILVA, J.T.; RODRIGUES, C. (2024). *The Palgrave Handbook on China-Europe-Africa Relations – Legacies and the New International Order*. Volume I and II. Palgrave Macmillan. ISBN-13: 978-9819756391 <https://link.springer.com/book/10.1007/978-981-97-5640-7>
- YICHAO, L.; LEANDRO, F.; TAVARES, J.; RODRIGUES, C. (2024). Introduction: Legacies and the New International Order In: YICHAO, L.; LEANDRO, F.; SILVA, J.T.; RODRIGUES, C. (2024). *The Palgrave Handbook on China-Europe-Africa Relations – Legacies and the New International Order*. Volume I and II. Palgrave Macmillan. ISBN-13: 978-9819756391 <https://link.springer.com/book/10.1007/978-981-97-5640-7> pp. 1-25.
- WEINBAUM, C.; SHOSTAK, M.; CHANDLER, S. and PARACHINI, J. V. (2022). *Mapping Chinese and Russian Military and Security Exports to Africa*. Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2022. Disponível em: <https://www.rand.org/pubs/tools/TLA2045-3.html>.
- KWASI, S. (2019). *High cost of having China as Africa's partner of choice*. Institute for Security Studies. March 13. 2019. <https://issafrica.org/iss-today/high-cost-of-having-china--as-africas-partner-of-choice>.
- SUKHANKIN, S. (2023). *An Anatomy of the Chinese Private Security Contracting Industry*. January 3, 2023. Disponível em: <https://jamestown.org/program/an-anatomy-of-the-chinese-private-security-contracting-industry/>
- VINES, A.; TUGENDHAT, H.; VAN RIJ, A. (2024). *Is China Eyeing a Second Military Base in Africa?* The United States Institute of Peace, January 30, 2024. Disponível em: <https://www.usip.org/publications/2024/01/china-eyeing-second-military-base-africa>
- XINHUA (2024). Chinese, Angolan presidents hold talks, elevating bilateral ties to comprehensive strategic cooperative partnership. March 16, 2024. Disponível em http://english.scio.gov.cn/top-news/2024-03/16/content_117065173.htm

Data de receção: 29/10/2025

Data de aprovação: 19/2/2026